

"É uma honra ter sido condenado pelo MP"

Tem 50 anos de advocacia e, pela primeira vez, na sua longa carreira foi condenado por um crime de difamação, depois de o Tribunal da Relação ter considerado que atingiu de forma gravosa a dignidade pessoal e profissional de dois magistrados do MP

É um senhor da advocacia. Sócio fundador de uma das maiores sociedades de advogados do país, José Manuel Galvão Teles defende que advocacia tem de ser uma paixão. Uma paixão praticada com excelência e exigente de um ponto de vista profissional e deontológico.

Defendeu a juíza Fátima Galante, a defesa correu muito bem, tendo o processo ficado pela fase de instrução. A juíza foi absolvida, mas o senhor acabou por ser condenado por um crime de difamação instaurado pelo Ministério Público (MP).

A conclusão que eu retiro deste processo é que me correu muito bem, sob todos os pontos de vista. O meu interesse principal era a defesa da juíza Fátima Galante, que estava inocente. O resto são pormenores sem grande importância.

São mesmo de pouca importância? Acha que houve uma certa perseguição ao advogado por parte do poder judicial?

Não digo que haja perseguição. O que acho é que há da parte do MP e de alguns magistrados judiciais uma certa susceptibilidade à flor da pele que não se justifica, resultado de uma má compreensão do seu papel. Não admitem que os advogados tenham uma linguagem e uma liberdade de expressão ao mesmo nível deles. Sentem-se ofendidos por isso, talvez em virtude de se considerarem "órgãos de soberania", o que não faz nenhum sentido.

Foi condenado, o que aconteceu pela primeira vez.

Este meu caso é exemplar. Todas as frases consideradas ofensivas da honra e consideração são frases dirigidas ao MP, precisamente ao MP. Não é um ataque pessoal - nem sabia quem eram as pessoas que dirigiam o inquérito - é um ataque ao MP. Apesar disso, são os membros do MP que se dizem pessoalmente ofendidos, que declaram ter tido um enorme desgosto e que, por isso, pretendem receber, como receberam, indemnizações elevadas. Não tem nenhuma razão de ser esta condenação, totalmente arbitrária e corporativa. Gostaria de discutir publicamente com o MP quem é que tem razão. Quando digo que são incompetentes, é porque de facto foram incompetentes, conforme, aliás, também o disse o próprio STJ. Só isso.

A sua defesa utilizou expressões fortes...

Ser condenado por ofensas ao Ministério Público, nestes termos, é uma honra... Fui duro, mas estava em causa algo fundamental. É espantoso que o MP e os tribunais se ofendam por eu dizer que são incompetentes, quando dizem que a juíza é corrupta sem haver indícios. Há algo mais grave do que dizer que um juiz é corrupto sem haver sequer indícios? E eu não vou intentar, em nome da minha cliente, uma acção crime por causa disso. Não tenho espírito de queixinhas...

É crítico do crime de difamação...

Se fosse legislador, retirava do Cód-

igo Penal o crime de difamação quando não estão em causa factos concretos. Chamou estúpido, chamou estúpido; agora quando se diz que roubou, tem de defender-se a honra... Hoje toda a gente se difama, vão todos para tribunal e o processo acaba cinco anos depois com um acordo. Perde-se tempo e dinheiro. É ridículo.

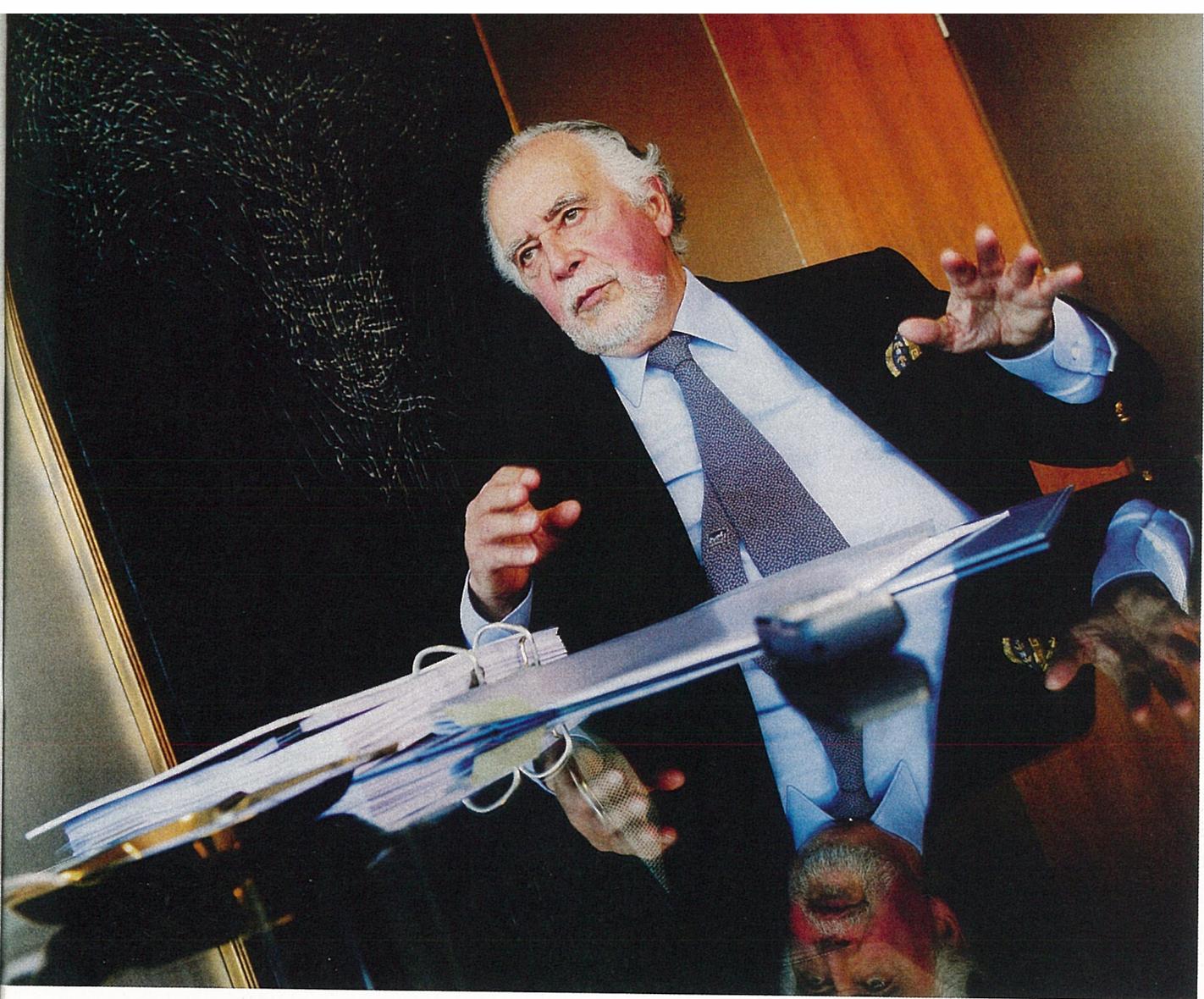
Como analisa hoje a relação entre a advocacia e a magistratura judicial e do Ministério Público?

Depende de caso para caso. Antigamente, os juizes tinham uma certa preocupação de manter distância dos advogados. Hoje há uma maior aproximação, as pessoas conhecem-se, convivem. No entanto, mantém-se em grande parte, do lado dos magistrados, a susceptibilidade de que falava há pouco, mas que, porventura, vai desaparecendo.

Quais as dificuldades que os advogados sentem hoje nos tribunais?

Os juizes, em geral, adoptaram o princípio de não receber os advogados, o que é muito mau. No entanto, não deixo de reconhecer que há advogados que abusam nesse contacto. Muitas vezes, fazem-no sem ter justificação. Mas há muitos casos em que se justifica uma palavra. O juiz não pode ter como regra o não falar, deve analisar caso a caso e ter a coragem de dizer aos advogados, se for caso disso, que acha mal que o tenham contactado sobre certos assuntos.

Considera que há uma relação de demasiada confiança entre os ma-



gistrados do Ministério Público e a magistratura judicial? Há quem defenda que o MP deveria trabalhar fora dos tribunais.

Do ponto de vista institucional e legal, o MP não deveria trabalhar tão perto, tão ligado à magistratura judicial. Quando fui advogado na defesa do engenheiro Melancia, lembro-me perfeitamente de que, a certa altura, numa situação difícil de decidir, o juiz entendeu sair da sala para conferenciar à parte com os outros dois juizes. Mas o mais espantoso foi que a delegada do MP, a dra. Maria José Morgado estava reunida com eles. Entrei e perguntei calmamente se estavam à minha espera. A atrapalhação de todos foi eloquente. Isto mostra que, por vezes, há realmente uma ligação demasiado próxima entre os juizes e o MP. É claro que também há algumas guerras entre eles, mas não é caso geral.

Há muita gente a defender que o MP deverá perder o seu lugar junto do juiz...

Toda a gente concorda com isso, excepto quem tem de tomar a última decisão, que nunca foi tomada. Até a forma de

A DRA. MARIA JOSÉ MORGADO ESTAVA REUNIDA COM ELES. ENTREI E PERGUNTEI CALMAMENTE SE ESTAVAM À MINHA ESPERA. A ATRAPALHAÇÃO DE TODOS FOI ELOQUENTE

entrar nas audiências de julgamento, ao mesmo tempo para o MP e juizes, com os advogados a levantarem-se respeitosamente. Nem os advogados querem que alguém se levante quando eles entram na sala...

Como define hoje o papel da Ordem dos Advogados?

É uma pergunta difícil. Ao longo do tempo, a Ordem veio a evoluir nas suas funções e métodos. Antes era mais fácil defender os interesses dos advogados. No tempo de Salazar e do antigo regime, a OA foi sempre um bastião de liberdade, na defesa da liberdade de expressão e de reunião. Depois, o número de advogados cresceu brutalmente, hoje a classe

não é muito uniforme, estão inscritos advogados que exercem a sua profissão de forma diferente, na província, nas empresas, nas grandes sociedades. É preciso gerir os diferentes interesses e obrigações dos profissionais. Tudo isto não é uma missão fácil, mas espero que a Ordem vá no bom sentido.

Que serviços deve a OA prestar aos seus membros?

Há matérias que são transversais, como a deontologia profissional, e que, ao nível da formação, devem ser tratadas pela Ordem, uma vez que não podemos confiar apenas no estágio de advocacia. Por outro lado, acho que as sociedades de advogados deveriam ser trazidas para esse trabalho importante de acompanhar os jovens advogados. Depois, há também a defesa da classe perante a evolução da justiça, perante o exercício do direito, quer nos tribunais quer através das polícias de investigação criminal.

Concorda com os que dizem que, nos últimos anos, a OA desenvolveu uma certa cultura de subserviência perante a magistratura?

Se há coisa de que o nosso bastonário não pode ser atacado é certamente essa. Anteriormente, noutros mandatos, não me parece que tenha havido uma subserviência perante os magistrados. Talvez não tenha havido, isso sim, uma posição clara em relação a algumas matérias que dizem respeito à forma do exercício da magistratura pela classe dos juízes. Demasiado silêncio da nossa parte.

O que acha que levou ao número excessivo de advogados existente no país?

A advocacia é uma profissão que tem de ser exercida como uma paixão. Exige um mundo de conhecimentos (e de actualizações) e uma entrega completa aos casos, aos processos. É muito difícil ser-se advogado. Compreendo mal que se faça advocacia ao fim da tarde, que se faça advocacia tendo outros empregos.

O ensino de direito deveria ser revisto. É muito fácil fazer uma faculdade de Direito, os licenciados saem às catadupas e precisam de trabalho, não é fácil.

A OA deveria ter uma função reguladora?

Será difícil, mas deveria ter uma função crítica e estudar o assunto com as autoridades. Participar nas decisões.

Acha que os honorários recebidos pelos advogados são compatíveis com a sua responsabilidade e a dignidade da profissão?

Há o defeito de pensar que todos os advogados ganham o mesmo e muito. Há advogados na província, e também nas grandes cidades, que têm dificuldade em sobreviver, por isso, não é digno o que ganham.

CURRICULUM

José Manuel Galvão Teles está inscrito na Ordem desde 1963. Sócio fundador da Sociedade de Advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados, José Manuel Galvão Teles é consultor de algumas das mais importantes empresas nacionais e estrangeiras a operar em Portugal e presidente da Assembleia Geral de várias das maiores sociedades sediadas em Portugal.

A ADVOCACIA NÃO É UMA AUTO-ESTRADA EM QUE TUDO É PERMITIDO A QUALQUER VELOCIDADE. TEM DE SE FAZER A DEFESA DOS CLIENTES DENTRO DOS PARÂMETROS DEONTOLÓGICOS FUNDAMENTAIS

Renunciou à presidência da Assembleia Geral da EDP, por considerar que a sua continuação iria prejudicar a imagem da empresa, apesar de defender que não havia incompatibilidades. Como vê esta questão?

Tenho uma posição que pende quer para um extremo quer para o outro extremo. Inclino-me, por um lado, para ser a favor das incompatibilidades, designadamente no caso de advogados e deputados. Mas, por outro lado, entendo que não é através da legislação e de critérios puramente formais, que se resolve o problema. Quando há muitos critérios formais as pessoas contentam-se com o seu preenchimento, o que é um engano. Quem quer defraudar a lei, defrauda-a. É certo que a lei deve dificultar a corrupção, mas esta questão é uma questão de consciência e de formação pessoal e colectiva. O país tem de crescer nesse sentido, é incompatível ser advogado e ser servidor de outras causas, de outros interesses.

Como reagiria se um membro da sua sociedade de advogados fosse desempenhar funções no Governo?

Apertava-lhe a mão, dizia-lhe adeus e durante esse período haveria um divórcio completo, não era tido como membro activo da sociedade. Mas, primeiro, aconselhava-o a não aceitar.

Defende que quem trabalha numa sociedade de advogados tenha um regime profissional especial?

Acho que não. Aqui somos 159 advogados e todos lhe dirão que são advogados e não funcionários. Todos são tratados e exercem como advogados que são, mesmo os estagiários. São todos advogados, no que toca ao regime de horário de trabalho, à responsabilidade profissional, à dedicação com que trabalham, à

autoria das peças que fazem, ao respeito que lhes é devido.

Concorda com as afirmações de José Miguel Júdice, quando disse que o Estado deveria contactar sempre as três maiores sociedades de advogados?

A legislação sobre as sociedades de advogados está desactualizada em Portugal; as firmas inglesas e espanholas instalam-se em Lisboa e podem fazer tudo o que querem em termos de publicidade e nós não. Mas não defendo que as sociedades de advogados tenham determinadas práticas de publicidade que, infelizmente, estão a ser usadas. Aí sou muito conservador. É um problema de consciência, as pessoas devem fazer o que entenderem, mas são responsáveis...

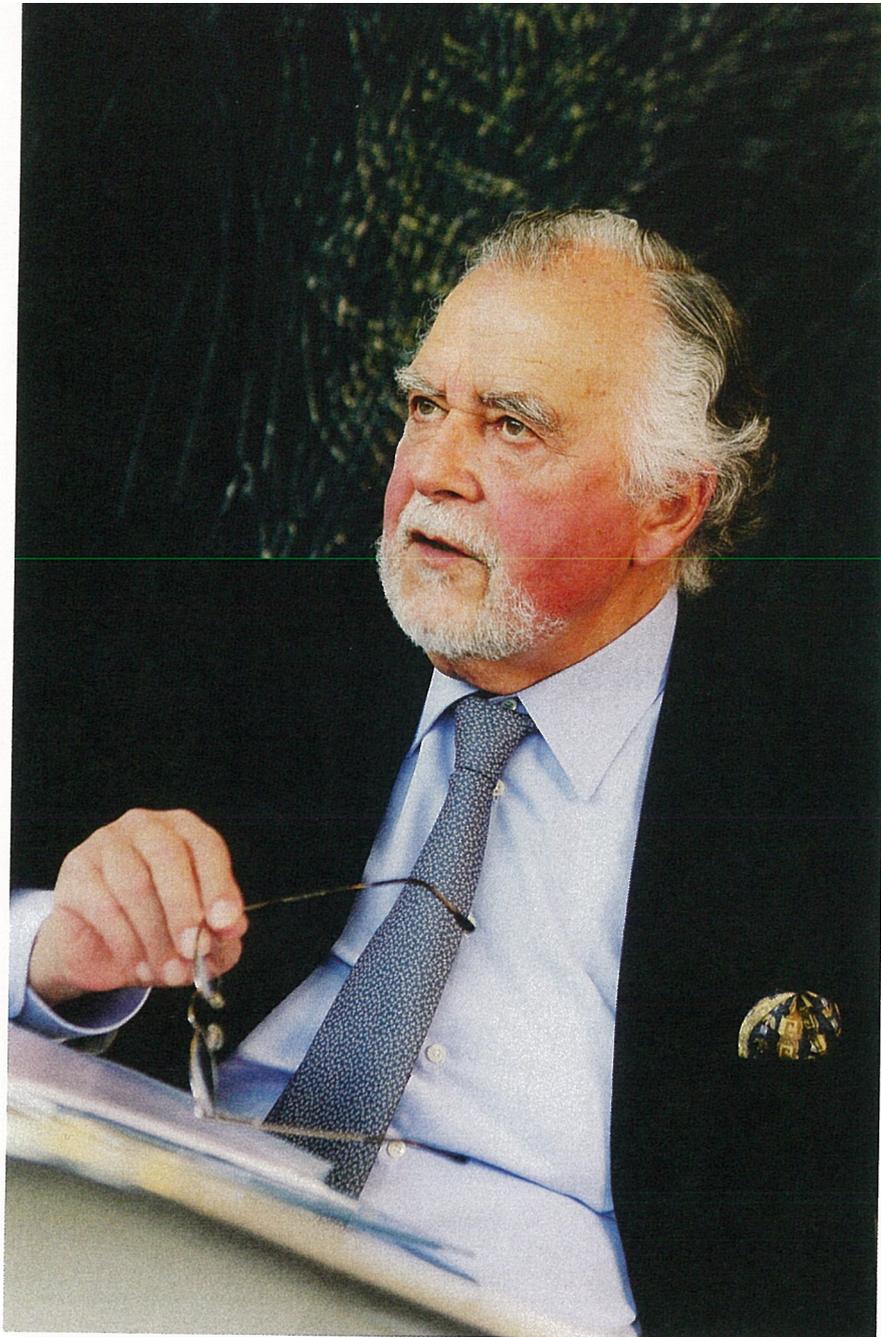
André Gonçalves Pereira dizia há pouco tempo que os grandes escritórios de advogados são empresas de prestação de serviços...

Discordo. As sociedades de advogados são empresas apenas no sentido de que têm de se têm de organizar empresarialmente, na sua estrutura e trabalho. E esta é uma grande empresa. Mas não é uma empresa de prestação de serviços como os bancos o são. O que nós defendemos é completamente diferente. Nós, advogados, temos de defender a justiça e o direito em todas as situações, independentemente dos interesses materiais dos clientes. Um banco de investimento cumpre a sua função deontológica se, por exemplo, emprestar dinheiro, mesmo que saiba que a empresa (o seu cliente) não está no bom caminho. Nós, advogados, seja qual for o caso, não podemos, por exemplo, defender uma posição, mesmo que seja boa a curto prazo para o cliente, se considerarmos que ela é má a médio prazo. Somos obrigados, deontologicamente, a ter uma visão global dos interesses do cliente e de terceiros, à luz da Lei e do direito. Por isso, somos colaboradores da justiça.

Os advogados são uma espécie de mediadores no mundo de negócios?

Os advogados não são mediadores, mas sim conselheiros dos clientes do ponto de vista jurídico e hoje o jurídico, o direito, tem uma função, uma responsabilidade fundamental.

Que reflexos poderá ter a actual crise económica numa sociedade de



advogados como a que pertence?
Sou, por natureza, um optimista; os advogados devem ser realistas, mas há que não cair na tentação de ver tudo por um prisma de catástrofe. Falar na crise provoca a crise e ela já está instalada. Há uma situação económica difícil, que vai atingir os escritórios de advogados, mas não se trata agora, oportunamente, de mudar de áreas de trabalho. Detesto que se diga isso, detesto que existam falências e que por isso, nos especializemos no direito de insolvência. O nosso escritório não vai fazer a conversão para esse lado. Julgo que em todas as situações os escritórios de advogados são necessários. Vamos manter-nos como sociedade, com a nossa estratégia, os nossos objectivos, o nosso orçamento. Fizemos há pouco tempo uma reunião geral de sócios e a nossa ideia é a de que vamos continuar a trabalhar, mantendo o nosso ritmo, embora cautelosamente.

Trabalham muito a arbitragem. Qual é sua opinião sobre a desjudicialização da justiça?

Acho que é importante esta forma de resolução dos litígios que retira dos tribunais nacionais litigância em que o Estado não tem de intervir, porque são discussões entre grandes empresas. Numa altura em que os tribunais estão atolados de trabalho, é importante que estas questões possam ser tratadas *a latere*. É uma justiça mais rápida, provavelmente mais cara, mas é uma justiça feita para grandes empresas e casos importantes do ponto de vista económico, que não interferem especialmente com os direitos fundamentais dos cidadãos.

A justiça tornou-se muito mediática nos últimos anos. É bom que se fale tanto da justiça em Portugal?

É importante que se fale da justiça em

NÃO DEFENDO QUE AS SOCIEDADES DE ADVOGADOS TENHAM DETERMINADAS PRÁTICAS DE PUBLICIDADE QUE, INFELIZMENTE, ESTÃO A SER USADAS

Portugal, já não acho importante, para a opinião pública, abrir a televisão e ouvir o relato dos crimes que vão do Minho ao Algarve.

Que balanço faz das alterações introduzidas pelo Código Penal e do Processo Penal?

Sou francamente a favor das alterações. O Ministério Público tem feito uma campanha diária, inacreditável, para combater essas alterações e manter alguns privilégios. Sem fundamento nenhum. O caso do segredo de justiça, por exemplo, é uma simples questão de tempo: o MP tem de dispor de tempo para a investigação; não pode, porém, com base em não ter tempo, nem instrumentos, nem dinheiro suficientes, exigir ter prazos totalmente dilatados a seu belo prazer. Tem de haver prazos e regras razoáveis para que o segredo de justiça acabe em momento oportuno, porque há que defender também os interesses dos arguidos.

Acresce que o segredo de justiça é constantemente violado numa altura em que os advogados não têm acesso ao processo e, apesar disso, não acontece nada neste país. Tenho feito queixas-crime contra terceiros e nunca se sabe quem é o culpado. É um escândalo.

O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, aponta para uma "excessiva protecção do arguido" e para um "dificultar da prisão preventiva"...

Não concordo. O regime anterior é que era excessivamente favorável a uma certa investigação. O MP habituou-se a investigar com base nas escutas telefónicas, é uma investigação complementar, não é exclusiva.

E quanto à prisão preventiva...

O encurtamento dos prazos dificulta e ▶

bem o trabalho do MP e da Polícia Judiciária, no sentido que têm de investigar com mais rigor. Não podem estar sentados à secretária a ouvir as escutas telefónicas, sem grande ponderação aliás, e, se calhar, sem intervenção do juiz e, depois, acusar as pessoas, só com base nas transcrições, como aconteceu no caso da Casa Pia. A investigação penal é complicada, mas temos de nos habituar a fazê-la correctamente.

É muito crítico em relação ao MP...

Sou muito crítico quanto ao seu modo de actuação, em geral. Mas o ponto principal da minha indignação, neste momento, é o segredo de justiça. O MP é responsável por processos-crime nunca investigados até ao fim. Têm de averiguar, saber quem é responsável pelo crime de violação do segredo de justiça. Depois de tantos anos de violações tão graves do segredo de justiça, é inacreditável que não se tenha avançado nada de concreto, em muitos processos, contra o MP, a PJ, os serviços, os funcionários, etc., etc.

Quais os casos que mais o marcaram?

Os casos que mais me marcaram são cíveis, mas os casos penais são os mais mediáticos. Nestes, o do engenheiro Melancia e da juíza Fátima Galante foram importantes porque os defendi e foram absolvidos com toda a justiça. Foi muito gratificante. Mas houve muitos outros interessantes.

Quantos advogados existiam quando começou a advogar?

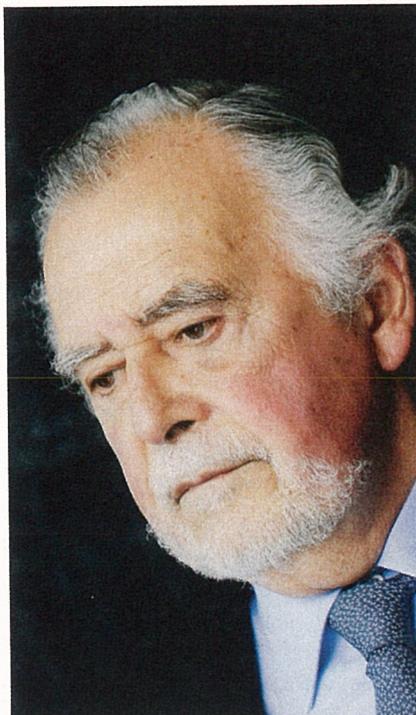
Cinco, seis mil... não sei ao certo.

E o seu primeiro patrono?

O meu tio José Maria, um grande advogado, trabalhei sempre com ele até ele falecer. Devo-lhe a minha formação profissional.

Como era ser advogado na altura?

Havia uma teatralização da advocacia, hoje há mais técnica... O julgamento mais difícil que tive no início da minha actividade profissional foi com o professor Palma Carlos, um barrista difícil. Gostava muito de mim, mas tentou aproveitar a sua maior *sagesse* e, principalmente, experiência, para ditar para a acta a favor do cliente dele algumas coisas a que, com dificuldade, me tive de opor.



O SEGREDO DE JUSTIÇA É CONSTANTEMENTE VIOLADO NUMA ALTURA EM QUE OS ADVOGADOS NÃO TÊM ACESSO AO PROCESSO E, APESAR DISSO, NADA ACONTECE NESTE PAÍS. É UM ESCÂNDALO

Ainda aceita novos clientes?

Aceito, mas normalmente não trabalho sozinho.

Tirou o curso de Direito em Lisboa, viveu a crise de 62. Que valores lhe ficaram desse tempo?

Os valores de toda a vida; já os tinha antes de 62. Despertei-os e aprofundei-os na faculdade, foi aí que cresci do ponto de vista cívico. Os grandes valores da cidadania, da solidariedade, da liberdade, da verdade e da justiça.

Foi embaixador na ONU...

Fui embaixador, em 1975 e 1976, a convite do major Melo Antunes de quem era extremamente amigo e de quem tenho uma saudade imensa. Resisti durante dois ou três meses, alegando que era advogado, mas acabei por dizer que sim, pressionado pelos amigos e por ele

próprio. Mas estava a começar o Verão quente e tínhamos decidido não colaborar com o V Governo. Só fui para embaixador quando Melo Antunes voltou a ser ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi um período muito interessante, em que se discutiu Angola e Timor. Estava lá quando foi a invasão de Timor e fui eu quem defendi a posição de Portugal no Conselho de Segurança. Foi um trabalho de advogado.

Como vê hoje a situação de Timor?

Vi com grande alegria a fase final e vejo com preocupação a fase actual.

Se voltasse atrás, escolheria a profissão de advogado?

Costumo dizer que só discuto direito - porque tenho a obrigação de saber alguma coisa - e futebol e política, porque são assuntos que toda a gente discute. Gosto de ser advogado, não me vejo a exercer outra profissão.

Quais as marcas que gostaria de deixar?

Acho que transmiti valores importantes sobre a forma de fazer advocacia aos que trabalham comigo, advocacia exigente, com entrega, e advocacia de valores. Em Penal, há a máxima de que todo o arguido tem defesa. Tem defesa, mas não é para se mentir, é para se ser correcto e verdadeiro. Fulano é culpado de ter cometido o crime, então não se deve dizer que não é culpado, deve é defender-se a medida da pena.

Com base nesta máxima, muitos advogados defendem o indefensável. Não se pode fazer isso, a advocacia não é uma auto-estrada em que tudo é permitido a qualquer velocidade. Tem de se fazer a defesa dos clientes dentro dos parâmetros deontológicos fundamentais. A culpa é também dos cidadãos em geral, dos clientes, das testemunhas. Do ponto de vista ético, não estamos habituados a ser duros connosco. A ser exigentes.

É essa a mensagem que gostaria de deixar aos jovens advogados...

Sim. Gostaria que esta sociedade cumprisse estes valores. Que praticasse uma advocacia de excelência, profissional e deontologicamente exigente. Que tenha sentido institucional, que permaneça com valores para além de nós próprios. Gostaria que se mantivesse, sempre, uma instituição de referência.